



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: STA CASA MIS SAO SEBASTIAO PARAISO

Município: SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Especial

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIP DE SAUDE E ACAO SOCIAL DE SAO SEB PARAISO

CPF/CNPJ: 15.595.397/0001-89

Município/UF: SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG

Unidade Visitada: STA CASA MIS SAO SEBASTIAO PARAISO

CPF/CNPJ: 24.899.395/0001-74

Município/UF: SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG

Demandante: Ministério Público Estadual

Forma: Direta

Objeto: Assistência- geral

Abrangência: janeiro de 2013 a maio de 2019

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	03/06/2019	05/07/2019
Execução - In loco	08/07/2019	12/07/2019
Relatório	15/07/2019	05/08/2019

Tarefa Nº: 95931

Natureza da Entidade: Privado sem fins lucrativos-filantropico

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

ADRIANO ROSA DO NASCIMENTO

Cargo: Interventor

Exercício: Desde 16/12/2016

FLAVIO WESTIN Cargo:

Provedor

Exercício: 08/12/2011 a 16/12/2016

III - INTRODUÇÃO

Atividade homologada e encerrada em: 13/05/2022 11:17:40

FATOR DESENCADEANTE:

Auditoria nº 581



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Programação de auditoria especial na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de São Sebastião do Paraíso, em atendimento à demanda da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Sebastião do Paraíso, por meio de ofício n.º300/2019 – iap de 15 de março de 2019.

OBJETIVO E ESCOPO DA AUDITORIA:

A auditoria teve como objetivos:

- * Verificar se houve duplicidade de pagamento por procedimentos odontológicos e/ou materiais empregados na Sra. C.K.D.A., pela Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso em abril de 2013 e em setembro de 2014;
- * Verificar se houve irregularidades nos fluxos de entrada da Sra. C.K.D.A. ao SUS e no processo de aprovação/pagamentos das contas hospitalares pelo SUS municipal, na ocasião dos procedimentos realizados em abril de 2013 e em setembro de 2014.
- * Verificar se há ocorrência de duplicidade de cobranças e/ou irregularidades nos fluxos do SUS para outros usuários atendidos na especialidade de cirurgia bucomaxilofacial.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO:

A Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso é um hospital filantrópico, geral, que surgiu em 1897. Em 1917 foi inaugurada uma nova parte da Santa Casa, quase que uma reconstrução. Durante grande parte do tempo foi dirigida pelas irmãs da Congregação da Imaculada Conceição e em outros momentos por médicos e pessoas da sociedade. Atualmente o hospital possui 184 leitos sendo 145 destinados ao SUS, esses leitos são atendidos por clínicas médicas, cirúrgicas, pediátrica, ginecologia-obstetrícia, “maternidade Alto Risco”

UTI adulto e infantil tipo II. Possui um corpo clínico de 65 médicos com especialidades diversas, como: Clínica Médica, Cirurgia Geral, Videolaparoscopia, Cardiologia, Gastrologia, Neurologia, Traumatologia, Nefrologia, Ginecologia-Obstetrícia, Pediatria, Urologia, Radiologia, Neurocirurgia, Hemodinamicista, Neonatologia, Intensivista, Infectologista, Vascular, Cirurgia Bariátrica.

Em junho de 2011, foi realizada alteração da provedoria e administração, por afastamento dos dirigentes. Foi constituído um grupo gestor, por representantes da comunidade, do corpo clínico e da Irmandade da Santa Casa, tendo como membros natos a provedoria e administração.

Neste mesmo período, uma consultoria em saúde foi contratada para apoio a gestão, buscando implantação de um modelo de “Hospital Mais Gestão”. Em 08 de janeiro de 2012 foi empossada nova diretoria, mantendo o provedor e administração, dando continuidade ao modelo de

gestão proposto (fonte: <http://santacasassp.com.br/historia>, acessado em 30/07/2019 e <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/ficha/infGerais/3164702146525>).

Em 16/12/2016, através do Decreto Municipal N.º 4865, pelo então prefeito de São Sebastião do Paraíso, Walker Américo Oliveira, foi requisitada intervenção para levantamento situacional e adequação das irregularidades encontradas. Atualmente está classificado como Hospital Tipo I- atendimento de Urgência e Emergência especializados.

IV - METODOLOGIA

FASE ANALÍTICA:

Análise do processo SEI nº.1320.01.0050550/2019-41.

Confeccionadas as matrizes de análise e coleta de informações para o setor de SCA da SMS e para a unidade visitada Santa Casa.

Analizados espelhos de AIH, solicitados à SMS, de usuários internados na especialidade de bucomaxilofacial e realizado contato telefônico para entrevista, visando levantamento de fluxo de atendimento e possibilidade de cobranças indevidas aos usuários do SUS. Foram realizadas ligações telefônicas para os números constantes no espelho das AIHs. Da totalidade de 73 ligações efetuadas, 19 usuários do SUS foram contactados, com

realização das entrevistas.

Atividade homologada e encerrada em: 13/05/2022 11:17:40

Acessado em 01/12/2022 11:21:00

Auditoria nº 581



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Pesquisa ao CNES para informações sobre SMS e Santa Casa, incluindo profissionais cadastrados. (acessado em 05/06/2019 <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta>).

FASE OPERATIVA:

A auditoria operativa ocorreu no período de 8 a 12 de julho de 2019. Em 08/07/2019 s 16h30 foi realizada reunião com o interventor, na Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso (unidade visitada). Foi entregue relação de documentos que deveriam ser disponibilizados para o período e agendada a visita para 10 e 11 de julho.

Foi solicitado ao interventor o encaminhamento do Termo de Informação (lacrado) ao profissional especialista em cirurgia bucomaxilofacial, F.M.P., com data prevista para a devolução à equipe de auditoria, na quinta-feira, 11 de julho. As atividades foram realizadas pela equipe no setor de SCA da SMS e na Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso. Foram realizadas visitas domiciliares a usuários e à denunciante, para coleta de Termos de Informação e Termo de Declaração, respectivamente.

Na Santa Casa, foram analisadas as documentações solicitadas na reunião de apresentação, analisados prontuários da especialidade de cirurgia bucomaxilofacial, do período pré-determinado. Foi constatado ausência dos exames de imagem que deveriam estar disponíveis no prontuário ou em arquivo do SAME. A equipe de auditoria foi informada que todos os exames de imagem até o final do ano de 2016, foram vendidos pela diretoria anterior à intervenção. Foram colhidos Termos de Informação do responsável pelo setor de OPMEs e da enfermeira presente na escala, no setor no dia de atendimento à usuária denunciante.

Em 11 de julho, foram realizados: Termo de Declaração do responsável técnico atual e do interventor, finalizando com orientações sobre o processo de auditoria e relatórios. O interventor informou que o profissional F.M.P., por orientação de seu advogado, não responderia ao termo de informação recebido.

Realizada reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria na SMS, em 12/07/2019 às 10h30, contando com a presença da equipe de auditores e do gestor de saúde.

LIMITAÇÕES:

Ausência dos exames de imagem, na Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso.

Não foi entregue para os auditores o Termo de Declaração do cirurgião bucomaxilofacial, com as perguntas respondidas, referente à denúncia.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 597066

Subgrupo: Assistência Hospitalar

Item: Relação com usuários/queixas/cobranças indevidas

Constatação: Houve irregularidade no fluxo de internação da usuária C.K.D.A., para a realização de procedimento via SUS, na Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, na data de 31/03/2013.

Evidência: Em análise de documentações, foi verificado indícios de facilitação da internação pelo SUS da usuária C.K.D.A.. Foi utilizado os trâmites de internação de urgência para internação eletiva. Apresentada a Ficha de Atendimento Ambulatorial (FAA), da paciente C.K.D.A. em 31/03/2013 às 09h02, porém a paciente afirmou em depoimento, não ter passado pelo Pronto Atendimento Municipal (PAM). Sua avaliação pré-operatória foi no consultório particular do cirurgião bucomaxilofacial, F.M.P., por orientação a comparecer na Santa Casa, na data prevista para a realização da cirurgia. No PAM foi solicitado, via SUSFácil, a

Atividade homologada pelo Conselho de Auditoria em 13/03/2019. F.M.P. Auditoria nº 581
Acessado em 01/12/2020



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



internação da paciente como urgência, com confirmação de reserva de leito pela Central de Regulação de Alfenas. Houve o aceite da Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso e o recebimento da usuária. No impresso da Santa Casa, de encaminhamento para internação, emitido pelo cirurgião bucomaxilofacial, F.M.P., é mencionado cirurgia agendada, e consta no rodapé do documento a observação: (SUSfácil/ Sta Casa-ciente). Verificou-se ainda que no livro de registro de cirurgia da Santa Casa, em 01/04, que a paciente está registrada como eletiva. Tal fato está em desacordo com a Portaria Consolidada MS/GM N.º 2 de 28 de setembro de 2017, Anexo XXVI, Capítulo I Art. 8º, §1º, Incisos I e II.

Fonte da Evidência: Cópia de Relatório do SUSfácil - Operação: Consultar Histórico de Paciente no Estabelecimento - 1) Visualização da Internação, fls. 1 e 2, acessado em 11/07/2019 e 2) Lista de Ocorrências, fl.1; Cópia de folha do livro de registro de procedimentos de 04/2013, linha 25; Cópia de formulário de encaminhamento da Santa Casa para internação de C.K.D.A. emitida por F.M.P. em 31/03/2013; Termo de Declaração da usuária C.K.D.A. em 11/07/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Não houve manifestação por parte da Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso (pessoa jurídica).

Não houve manifestação por parte da Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso.

Não houve manifestação por parte da Sra. D. F. B

Justificativa - Por meio carta resposta, datada de 10 de junho de 2020- (AR JU 81832548 5BR), O Sr. F.W. manifestou-se da seguinte forma: " Conforme já informei em ofícios anteriores, eu F.W., pessoa física, portador do CPF 567.xxx.xxx-15, INFORMEI, que na data de 16 de Dezembro de 2016, a Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso-MG, através do decreto Municipal n.4.685 em que se determina a requisição de bens e serviços, houve uma intervenção Administrativa, e considerando que o cito decreto em seus arts. 11 e 14, designa o afastamento imediato da atual diretoria, com impedimento de acesso dos mesmos ao interior do hospital, ESCLAREÇO que seria impossível INFORMAR a esta secretaria, uma vez que na fase operativa, não tomei conhecimento, nem estava presente a auditoria que ocorreu de 08 a 12 de julho de 2019. Não tenho nenhum conhecimento sobre o assunto mencionado neste ofício, uma vez que enquanto Provedor da Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, por ser GESTÃO PLENA, o município assumiu todos os contratos de serviços gerados pelo Serviço Único de Saúde/SUS.

Análise da Justificativa: A defesa apresentada pela assessoria jurídica da Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso representou os interesses de defesa do Sr. A. R. do N. (interventor do hospital durante a fase operativa da atividade de auditoria). Porém esta equipe de auditoria, não identificou neste documento, a intenção de apresentação de justificativas por parte do hospital como instituição jurídica visitada, o que era a intenção desta equipe ao encaminhar o Ofício SES/AUDSUS nº 225/2020 datado de 19 de maio de 2020 ao representante pela instituição. Portanto consideramos que não foi apresentada a documentação necessária à equipe de auditores para comprovar as providências tomadas pela Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, para exclusão dessa não conformidade.

Não houve manifestação por parte da Sra. D. F. B.

A manifestação do Sr. F. W., baseou-se nas responsabilidades do município por ter assumido a gestão de seus prestadores. Foi informando não estar em sua responsabilidade, à época do fato, os encaminhamentos à Santa Casa, que vinham previamente estabelecidos, no entanto o referido provedor foi responsável pelo período de 8/12/2011 a 16/12/2016, compreendendo assim o fato ocorrido, tendo somente iniciada a intervenção na Santa Casa através Decreto Municipal n. 4.865 de 16/12/2016.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se aplicar à Santa Casa de São Sebastião do Paraíso a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Adotar as medidas necessárias para que a Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso cumpra com o que determina a Legislação Portaria Consolidada MS/GM N.º 2 de 28 de setembro de 2017, Anexo XXVI, Capítulo I Art. 8º

Atividade homologada e encerrada em 01/12/2022 11:21:00
Acessado em 01/12/2022 11:21:00

Auditoria nº 581



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



§1º, Incisos I e II.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SMS SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	18.241.349/0001-80

Recomendação: Adotar medidas para organização do fluxo assistencial de urgências e eletivos, criando protocolos de assistência, e critérios de verificação para pacientes cirúrgicos que não sejam encaminhados imediatamente à cirurgia, respeitando a legislação.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
STA CASA MIS SAO SEBASTIAO PARAISO	24.899.395/0001-74

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 581256

Subgrupo: Assistência Hospitalar

Item: Faturamento/Produção/cobranças SUS

Constatação: Internação e procedimentos realizados na usuária C.K.D.A., na data de setembro de 2014, não foi via SUS.

Evidência: Em verificação ao prontuário da usuária C.K.D.A., referente à internação do período de setembro de 2014, constatou-se que a internação e o procedimento de retirada de OPME foram pagos por plano de saúde complementar - UNIMED, conforme demonstrativo de faturamento e autorização dos auditores da UNIMED. Sendo assim, não houve cobrança indevida à usuária C.K.D.A. ou ao SUS, de procedimento/material odontológico pela Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, na internação de setembro de 2014. Tal fato está de acordo com Lei Federal 8.080 de 19 de setembro de 1990, Título II, Capítulo II, Art. 7º, Inciso I; Título V, Capítulo III, Art. 43 e a Lei Nº 9.656, de 3 de junho de 1998, Art. 32 §1º e 2º.

Fonte da Evidência: Cópia do prontuário da usuária C.K.D.A., datado de setembro de 2014, contendo ficha de internação, guia de solicitação de internação n.º 85186361 - datada de 23/09/2014, autorizada pela UNIMED e assinada pela usuária em 27/09/2014 e faturamento/folhas de gastos, auditadas pela enfermeira auditora T.A.O e o médico auditor P.R.O. do convênio.

Conformidade: Conforme

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 581266

Subgrupo: Assistência Hospitalar

Item: Documentação/Prontuários

Constatação: Prontuários dos usuários internados na Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, não possuem os exames de imagem.

Evidência: Em verificação aos prontuários selecionados, de usuários que foram internados na especialidade de cirurgia

Atividade homologada e encerrada em: 13/05/2022 11:17:40
Acessado em 01/12/2022 11:21:00

Auditoria nº 581



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



bucomaxilofacial, foi evidenciado que nenhum deles possuía exames de imagem realizados durante a internação. A equipe de auditoria solicitou os exames. Foi informada pelo setor responsável e pelo SAME que as imagens de todos os exames realizados na Santa Casa, referentes ao período de abrangência de 2013 até 2016, foram vendidas pela administradora hospitalar anterior, a Sra. M.H.C.P.A. O prontuário é definido por documento único, constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e assistência a ele prestada, sendo a falta desses exames, uma irregularidade. Tal fato está em desacordo com a Resolução C.F.M. nº 1.638/02; Lei nº 8.159, de 08 de Janeiro de 1991, Art. 2º e 25; Resolução C.F.M. nº

1.821/07 Art. 8º; Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), MS - 1ª Edição/2016, Item 6.3 - Pág. 28.

Fonte da Evidência: AIHs : 311411810063-2 M.F.O.; 311611726215-9 S.B.S.; 311311810418-4 B.G.F.G.; 311411812454-6 M.H.O.; 311411812270-9 A.S.P.; 311311815939-3 C.A.D.; 311511917566-3 A.D.S.; 311411816993-2 R.C.C.; 311411816844-7 J.T.; 311411812521-7 R.A.S.; 311311811076-2 C.K.D.A . Termo de Declaração do Interventor A.R.N.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Não houve manifestação por parte da Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso (pessoa jurídica).

Não houve manifestação por parte da Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso.

Não houve manifestação por parte da Sra. A. R. F.

Por meio carta resposta, datada de 10 de junho de 2020- (AR JU 81832548 5BR), o Sr. F.W. manifestou-se da seguinte forma: "... Pelo que me lembro, todos os serviços vinham encaminhados da Secretaria Municipal de Saúde do Município, para serem executados na Santa Casa , e depois os prontuários eram auditados por auditores por ele nomeados, os quais conferiam todos os prontuários, e documentos nele existentes, e só depois de rigorosamente conferidos eram encaminhados ao Município e assim repassados os devidos valores a prestadora de serviços, neste caso a Santa Casa. (...) Desconheço esta venda de filmes os quais mencionam no ofício, e afirmo que na época que era o provedor havia um responsável pela guarda e manutenção de todos os prontuários existentes em poder da Santa Casa.

Por meio do Ofício STC n.188/2020, datado de 19 de junho de 2020, a entidade Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, representada pelo advogado M.C de C. (assessoria jurídica) houve manifestação para a pessoa física do Sr. A.R. do N. - Interventor durante o período de realização da auditoria operativa. " que assim, e no tocante somente as não conformidades e que geraram PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO: Constatação n. 581266. Constatação n. 581263 num total de R\$ 3.248,83, gerando o apontamento como responsáveis: a Sra. D. DE F. B., ex-Secretária Municipal de Saúde, Sr. F. W., ex - Provedor (período 8/12/2011 a 16/12/2016 e Sr. A. R. DO N., ex -Interventor (período 16/12/2016(doc. 1) e 5.417,de 31/7/2019(doc.2),quando expirou o seu período de interventor). Assim e neste momento, este Hospital tem a informar e a defender que o ex-interventor, Sr. A. R. DO N., não pode e nem merece figurar como responsável por atos pretéritos ao seu período (período 16/12/2016 a 30/07/2019) até porque, e por força exatamente do Decreto Municipal n. 4.865 de 16/12/2016, estava neste Hospital para corrigir a gestão de até então(...)

Análise da Justificativa: A defesa apresentada pela assessoria jurídica da Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso representou os interesses de defesa do Sr. A. R. do N., (interventor do hospital durante a fase operativa da atividade de auditoria). Porém, esta equipe de auditoria não identificou nesse documento a intenção de apresentação de justificativas por parte do hospital como instituição jurídica visitada, o que era a intenção desta equipe ao encaminhar o Ofício SES/AUDSUS nº 225/2020 datado de 19 de maio de 2020 ao representante pela instituição. Portanto consideramos que não foi apresentada a documentação necessária à equipe de auditores para comprovar as providências tomadas pela Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, para exclusão desta não conformidade.

Não houve manifestação por parte da Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso.

Não houve manifestação por parte da Sra. A. R. F.

O Sr. F. W. informou desconhecer o fato de que as imagens não se encontravam em posse da Santa Casa, e delegou a responsabilidade ao SAME e então prestadores de serviço contratados á época do fato, no entanto, esta não

Atividade homologada e encerrada em 15/03/2021
Acessado em 01/12/2022 11:21:00

Auditoria nº 581



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



conformidade deu-se no período de sua gestão como prestador, e não exime a sua responsabilização sobre os ocorridos.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se notificar a Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso para a adoção das medidas necessárias para o ressarcimento ao FMS/São Sebastião do Paraíso pelo prestador Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso no valor original de R\$ 607,25 (seiscentos e sete reais e vinte e cinco centavos), conforme proposição de devolução. A atualização monetária deverá ser feita pela taxa SELIC, utilizando o índice constante do - Sistema de Débito (Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU no endereço: <http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>). **Acatamento da Justificativa:** Não

Recomendação: 1 - Efetuar a devolução imediata com Recursos Próprios ao FMS do valor original de R\$607,25 (seiscentos e sete reais e vinte e cinco centavos) , conforme proposição de devolução. A atualização monetária deverá ser feita pela taxa SELIC, utilizando o índice constante do "Sistema de Débito" (Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União " TCU no endereço: <http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>).

Recomenda-se que a Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, cumpra o que determina a Resolução CFM. No 1.638/02; Lei no 8.159, de 08 de Janeiro de 1991, art. 2º e 25; Resolução CFM nº 1.821/07, art. 8º; Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), MS - 1ª edição/2016, item 6.3 pag. 28.

Destinatários da Recomendação

	CPF/CNPJ
STA CASA MIS SAO SEBASTIAO PARAISO	24.899.395/0001-74
Nome	

Recomendação: 2- Adotar as medidas necessárias para o ressarcimento ao FMS, pelo Hospital Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso do valor original de R\$ 607,25 (seiscentos e sete reais e vinte e cinco centavos), conforme proposição de devolução. A atualização monetária deverá ser feita pela taxa SELIC , utilizando o índice constante do Sistema de Débito (Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU no endereço: <http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>). **Destinatários**

da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SMS SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	18.241.349/0001-80

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 581263

Subgrupo: Assistência Hospitalar

Item: Faturamento/Produção/cobranças SUS

Constatação: Cobrança indevida ao SUS, de cirurgia odontológica e materiais (OPMEs), utilizados na usuária C.K.D.A., em abril de 2013.

Evidência: Constatou-se que a internação da usuária C.K.D.A., na Santa Casa de São Sebastião do Paraíso, em 31/03/2013 foi realizada via SUSFácil, como urgência, no entanto podemos perceber após o levantamento e análise da documentação, que essa caracterização de internação foi irregular. O tratamento ambulatorial da usuária C.K.D.A. se deu em caráter particular. Sua

Atividade homologada em 12/05/2021 por 1382670. Avaliação pré-operatória foi no consultório particular do cirurgião bucomaxilofacial F.M.P.. Foi orientada a comparecer na Santa Casa de São Sebastião do Paraíso para a realização da cirurgia.

Acessado em 01/12/2022 11:21:00



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Casa, na data prevista para a realização da cirurgia. No impresso da Santa Casa, emitido pelo cirurgião bucomaxilofacial, que encaminha a paciente para internação, é mencionada cirurgia agendada, e consta no rodapé do documento a observação: (SUSfácil/ Santa Casa-ciente). Verificou-se ainda que no livro de registro de cirurgia da Santa Casa, em 01/04, que a paciente está registrada como eletiva. Na documentação fornecida pela mesma, consta um relatório descritivo sugerindo pagamento de materiais específicos, para serem utilizados na cirurgia bucomaxilofacial. Essa relação descreve uma estimativa de materiais/OPMEs para a cirurgia proposta: Osteotomia tipo Le Fort I na maxila, combinada com osteotomia segmentar da maxila. O valor descrito, refere-se aos honorários do cirurgião e auxiliares, totalizando R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) e cita três opções de empresas fornecedoras para a aquisição das OPMEs. Esse documento está assinado pelo cirurgião bucomaxilofacial F.M.P.. Através do Termo de Declaração da usuária, a mesma afirma ter feito o pagamento das OPMEs após o procedimento cirúrgico, em virtude da alegação do profissional, de que o material descrito não era fornecido pelo SUS e que eram indispensáveis para a realização do procedimento. Informou ainda, que o profissional disse que conseguiria encaixá-la no máximo em uma semana, para realizar a cirurgia, e assim ocorreu. Na cópia da NF 201300000000013, datada de 04/04/2013 é observado o valor de R\$ 12.220,00 (doze mil e duzentos e vinte reais) , tendo na descrição: serviços prestados em odontologia. O mesmo negou a descrever na nota os materiais. O profissional citado realizou as atividades em hospital particular, que recebe recursos públicos para a prestação de serviços ao SUS, razão pela qual se torna indevida qualquer tipo de cobrança, praticada por prestadores de serviços vinculados ao SUS, incorrendo em franca contradição com o que informa o princípio da gratuidade. Fica caracterizada assim a cobrança indevida ao SUS. Tal fato está em desacordo com a Lei Federal nº 8.080/90, Arts. 7º inciso IV e 43; Código de Ética Odontológica - Capítulo III - Art.9º Inciso V, Capítulo V - Seção I, Art. 11incisos II e XII e Art. 20 Inciso VI - aprovado pela Resolução C.F.O.-118/2012.

Fonte da Evidência: NF n.º 201300000000013, datada de 04/04/2013; Relatório do Núcleo Integrado, datado de 02/2013; Termo de Declaração da usuária C.K.D.A., datado de 11/07/2019; Cópia do prontuário n.º 092642 - AIH 311311811076-2 da usuária C.K.D.A., com a Nota Fiscal n.º 000.003.437, emitida em 29/04/2013; Listagem das OPMEs utilizadas no procedimento (placas e parafusos), de 01/04/2013; Cópia da folha de livro de registro de cirurgias em março, linha 25 dia 01/04/2013; Cópia Descrição do ato cirúrgico , fl. 32(prontuário).

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício STC n.188/2020, datado de 19 de junho de 2020, a entidade Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, representada pelo advogado M. C. de C. (assessoria jurídica) manifestou-se da seguinte forma: " que assim, e no tocante somente as não conformidades e que geraram PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO: Constatação n. 581266. Constatação n. 581263 num total de R\$ 3.248,83, gerando o apontamento como responsáveis: a Sra. D. DE F. B., ex-Secretária Municipal de Saúde, Sr. F. W., ex -Provedor (período 8/12/2011 a 16/12/2016 e Sr. A. R. do N., ex Interventor (período 16/12/2016 (doc. 1) e 5.417,de 31/7/2019(doc.2),quando expirou o seu período de interventor).

Assim e neste momento, este Hospital tem a informar e a defender que o ex-interventor, Sr. A. R. do N., não pode e nem merece figurar como responsável por atos pretéritos ao seu período (período 16/12/2016 a 30/07/2019) até porque, e por força exatamente do Decreto Municipal n. 4.865 de 16/12/2016, estava neste Hospital para corrigir a gestão de até então.

E que na Constatação n. 581263 , cobrança indevida ao SUS, de cirurgia odontológica e materiais (OPMEs), utilizados na usuária C.K.D.A, em data de abril de 2013, portanto, e igualmente, em período anterior à assunção da intervenção Municipal (a partir de 16/12/2016)".*Inserida Cópia da imagem da descrição: Evidência, que consta do relatório Preliminar de auditoria e segue.

"A título de justificar a ausência de responsabilização do ex-interventor, porque os fatos não ocorreram durante sua gestão, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Civil Originária- ACO 2254AgR/MT¹, de relatoria do Ministro Luiz Fux, publicada em 07/11/2017, decidiu-se que o princípio da intranscendência subjetiva das sanções inibe a aplicação de sanções as administrações por ato de gestão anterior à assunção dos deveres Públicos, o que se deu exatamente com o Decreto Municipal n. 4.865 de 16/12/2016 (em anexo), porque essa inibição tem o bom e justo propósito de neutralizar a ocorrência de risco que possa comprometer, de modo grave/ou irreversível, a continuidade da execução de políticas públicas ou a prestação de serviços essenciais a coletividade:

"AGRAVO INTERNO NA AÇÃO CÍVIL ORIGINÁRIA [...] AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO."

Até porque, e dentro dos objetivos e finalidades do Decreto Municipal nº 4.865/2016 (doc.1) foi o afastamento imediato da então Diretora da Santa casa:

Atividade homologada e encerrada em: 13/05/2022 11:17:40

Acessado em 01/12/2022 11:21:00

Auditoria nº 581



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Art. 11- Em decorrência do presente Decreto, à exceção do Diretor Clínico, eleito pela comunidade médica ficam todos os demais integrantes da atual diretoria afastados das atividades de direção da instituição e os profissionais ou empresas contratadas para este fim.

E, a Intervenção se deu com base no PARECER/SEÇÃO/MS/MG n 27/2016 do DENASUS , datado de 15/12/2016 (doc.3),que constatou:

E) A empresa M@H Licitações e Assessoria Ltda., gerenciados os convênios SIAFI [...]Faz prova Anexo VI- Relatório de Fiscalização de Controladoria Geral da União.

H) Ausência de segregação de funções da diretoria Administrativa e financeira M. H. C. P. de A. , como Consultora e Assessora, Administradora e Pregoeira.

Assim, Considerando o RELATÓRIO PRELIMINAR em comento, e que as constatações , em especial a Constatação n.

581266 e a Constatação n. 581263 que geraram não conformidades com a PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO num valor de

R\$ 3.248,83,mas de fatos ocorridos anteriormente à INTERVENÇÃO decretada neste Hospital, através do Decreto Municipal n. 4.865, de 16/12/2016 (doc. 1), entendemos como incabível qualquer responsabilização do ex-Interventor Sr. A. R. do N., (período 16/12/2016 a 30/07/2019), o que fica requerido e que nos cabe, neste momento. Anexo, encaminhamos Decretos e o PARECER/SEÇÃO/MS/MG n. 27/2016 do DENASUS (docs.1/3), que consubstanciam esta nossa resposta.

Não houve manifestação por parte da Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso.

Não houve manifestação por parte da Sra. D. de F. B.

Por meio carta resposta, datada de 10 de junho de 2020- (AR JU 81832548 5BR), O Sr. F.W. manifestou-se da seguinte forma: " Conforme já informei em ofícios anteriores, eu F. W., pessoa física, portador do CPF 567.377.266-15, INFORMEI, que na data de 16 de Dezembro de 2016, a Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso-MG, através do decreto Municipal n.4.685 em que se determina a requisição de bens e serviços, houve uma intervenção Administrativa, e considerando que o cito decreto em seus arts. 11 e 14, designa o afastamento imediato da atual diretoria, com impedimento de acesso dos mesmos ao interior do hospital, ESCLAREÇO que seria impossível INFORMAR a esta secretaria, uma vez que na fase operativa, não tomei conhecimento, nem estava presente a auditoria que ocorreu de 08 a 12 de julho de 2019.

Não tenho nenhum conhecimento sobre o assunto mencionado neste ofício, uma vez que enquanto Provedor da Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, por ser GESTÃO PLENA, o município assumiu todos os contratos de serviços gerados pelo Serviço Único de Saúde/SUS. Pelo que me lembro, todos os serviços vinham encaminhados da Secretaria Municipal de Saúde do Município, para serem executados pela Santa Casa, e depois os prontuários eram auditados por auditores por eles nomeados, os quais conferiam todos os prontuários, e documentos neles existentes, e só depois de rigorosamente conferidos eram encaminhados, para serem pagos ao Município e assim repassados os devidos valores a prestadora de serviço, neste caso a Santa Casa. Na época enquanto provedor, foi contratado a empresa dos Sócios: Sr. A. R. do N., hoje atual administrador da Santa Casa e o Sr. W. B., atual Secretário de Saúde do Município de São Sebastião do Paraíso, por terem muito conhecimento a respeito de AIHs, ficaram de suas responsabilidades os serviços prestados ao SUS através da Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso para com a Secretaria Municipal de Saúde do Município"...

Análise da Justificativa:

A defesa apresentada pela assessoria jurídica da Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso

representou os interesses de defesa do Sr. A. R. do N. (interventor do hospital durante a fase operativa da atividade de auditoria). Porém, esta equipe de auditoria não identificou neste documento a intenção de apresentação de justificativas por parte do hospital como instituição jurídica visitada, o que era a intenção desta equipe ao encaminhar o Ofício SES/AUDSUS nº 225/2020 datado de 19 de maio de 2020 ao representante pela instituição, interventor. Portanto consideramos que não foi apresentada a documentação necessária à equipe de auditores para comprovar as providências tomadas pela Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, para exclusão desta não conformidade.

Não houve manifestação por parte da Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso.

Não houve manifestação por parte da Sra. D. de F. B.

Atividade homologada e encerrada em 09/05/2022 11:07:10
Acessado em 01/12/2022 11:21:00

Auditoria nº 581



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



A manifestação do Sr. F. W. baseia-se no fato do município ser de gestão plena e posterior intervenção na Santa Casa. Referiu-se que, durante sua gestão como provedor a Santa Casa, efetuou contratos com firmas prestadoras de serviços, delegando atividades a estes prestadores contratados, à época do fato. No entanto, tendo esta inconformidade ocorrida em seu período de atuação como provedor deste prestador, considera-se mantida a responsabilização sobre os fatos ocorridos. Portanto, consideramos que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se notificar a Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso para a adoção das medidas necessárias para o ressarcimento ao FMS/São Sebastião do Paraíso pelo prestador Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso no valor original de R\$ 2.641,58 (dois mil, seiscentos e quarenta e um reais e cinquenta e oito centavos), conforme proposição de devolução. A atualização monetária deverá ser feita pela taxa SELIC, utilizando o índice constante do - Sistema de Débito (Programa de Atualização de Débito

do Tribunal de Contas da União - TCU no endereço: <http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>). **Acatamento**

da Justificativa: Não

Recomendação: Adotar as medidas necessárias para o ressarcimento ao FMS pelo Hospital Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso do valor original de R\$ 2.641,58 (dois mil, seiscentos e quarenta e um reais e cinquenta e oito centavos), conforme proposição de devolução. A atualização monetária deverá ser feita pela taxa SELIC, utilizando o índice constante do -Sistema de Débito (Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU no endereço: <http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>). **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SMS SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	18.241.349/0001-80

Recomendação: Efetuar a devolução imediata com Recursos Próprios ao FMS do valor original de R\$ 2.641,58 (dois mil, seiscentos e quarenta e um reais e cinquenta e oito centavos), conforme proposição de devolução. A atualização monetária deverá ser feita pela taxa SELIC, utilizando o índice constante do -Sistema de Débito (Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU) no endereço: <http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>). **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
STA CASA MIS SAO SEBASTIAO PARAISO	24.899.395/0001-74

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 581267

Subgrupo: Assistência Hospitalar

Item: Recursos Materiais/equipamentos

Constatação: OPMEs utilizadas na usuária C.K.D.A., em procedimento cirúrgico datado de abril de 2013, possuem registro na ANVISA, com nota fiscal compondo o prontuário e pagas pelo SUS.

Evidência: Em análise documental, ficou evidenciado no prontuário da usuária C.K.D.A., que os materiais/OPMEs utilizados no procedimento cirúrgico foram devidamente registrados na ANVISA e pagos pelo SUS. Acessado em 01/12/2022 11:21:00

Auditoria nº 581



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

procedimento cirúrgico, constam em nota fiscal e possuem registro na ANVISA. São Placas Específicas (Parafusos inclusos), identificadas pelos nºs: 07020580482 100333/01 2784 - ANVISA 80084420004 (três placas), 07020580482 100333/01 2377 - ANVISA 80084420004 (uma placa) e 07020580482 100342/015619 - ANVISA 80084420006 (uma placa). De acordo com a numeração fornecida na descrição do material utilizado, na mesma nota consta ser pertencente à TORIDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (CNPJ 54.673.199/0001-48). Não há como comprovar se as placas utilizadas na usuária, foram efetivamente fornecidas pela distribuidora de material cirúrgico/OPME à época do fato. O procedimento e o material utilizado foram pagos pelo SUS. Tal fato está de acordo com Manual Técnico Operacional

SIH/SUS, versão jan. 2017, Item 23.1 e 23.2, Págs. 39 e 40, publicado pela Portaria/GM/MS nº 396/00; Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), MS - 1ª Edição/2016, Item 2.1 "a", Pág. 11.

Fonte da Evidência: Cópia do prontuário nº 092642, da usuária C.K.D.A., com a Nota Fiscal nº 000.003.437 - emitida em 29/04/2013 e Listagem das OPMEs utilizadas no procedimento (placas e parafusos), datada do dia 01/04/2013; Catálogos de OPME- [http :// www. torideimplantes .com.br/ produtos.htm](http://www.torideimplantes.com.br/ produtos.htm) e uma placa em L retirada da usuária. **Conformidade:** Conforme

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 581258

Subgrupo: Assistência Hospitalar

Item: Faturamento/Produção/cobranças SUS

Constatação: Não foi evidenciada cobrança indevida ao SUS e aos usuários pelo prestador Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, por procedimentos/materiais odontológicos, nos usuários entrevistados.

Evidência: Foram analisados 73 espelhos (AIH) de usuários internados, referentes ao período de janeiro de 2013 a maio de 2019, na especialidade de cirurgia bucomaxilofacial. Realizadas as ligações telefônicas, com tentativas de até 3 vezes cada número telefônico, tendo como resultado contatos com 19 usuários. Destes 19 usuários entrevistados, 100% disseram não terem pago à Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, por procedimento e/ou materiais utilizados em suas internações. Tal fato está de acordo Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990, Título II, Cap. II, Art. 7º, Inciso I; Título V, Cap. III, Art. 43.

Fonte da Evidência: Entrevistas com 19 usuários, no período de 01/07 a 23/08/2019; Espelhos de AIH: 311511917035-0 S.B.S;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

311311810418-4 B.G.F.G.; 311411812454-6 M.H.O.; 311411812270-9 A.S.P.; 311311815939-3 C.A.D.;
311511917566-3 A.D.S.; 311411816993-2 R.C.C.; 311411816844-7 J.T.; 311411812521-7 R.A.S.;
311611726215-9 S.B.S.; 311511924109-1 D.G.R.; 311411816166-0 O.J.M.; 311611726176-3 C.H.R.S.;
311712666457-5 R.A.S.; 311411815570-9 L.A.S.; 311611725916-7 J.P.S.; 311611725966-2 N.R.N.; 311611726435-9
R.R.P.; 311813399523-0 D.N.L.

Conformidade: Conforme

VI - PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO

1 - Prejuízo: Sim

1.1 - Fundo de Origem: Federal

1.1.1 - Devolução p/ o Fundo: Municipal

1.1.1.1 - Bloco de Financiamento: MAC - Média e Alta Complexidade

Data Fato Gerador: 04/03/2013 **Devolução Nº:** 351465 **Constatação Nº:** 581266

Complemento do Bloco: Ausência de exames de imagem - tomografia, em prontuários analisados na Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, na especialidade de cirurgia bucomaxilofacial. Período de janeiro de 2013 a dezembro de 2015.

Documentos Comprobatórios: 311411810063-2 M.F.O.; 311311810418-4 B.G.F.G.; 311411812270-9 A.S.P.; 311411816993-2 R.C.C.; 311411816844-7 J.T.; 311411812521-7 R.A.S.; 311311811076-2 C.K.D.A. . Termo de Declaração do Interventor A.R.N.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
AIH	3113118104184	Ausência de exames de imagem nos prontuários/tomografias	86,75

Fundamento Legal: Resolução C.F.M. nº 1.638/02; Lei nº 8.159, de 08 de Janeiro de 1991, Art. 2º e 25; Resolução C.F.M. nº 1.821/07, Art. 8º; Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), MS - 1ª edição/2016, Item 6.3 Pág. 28.

Total da Data do Fato Gerador: 04/03/2013

86,75

Data Fato Gerador: 31/03/2013 **Devolução Nº:** 360010 **Constatação Nº:** 581263

Complemento do Bloco: Cobrança indevida ao SUS, de cirurgia odontológica e materiais (OPMEs), utilizados na usuária C.K.D.A., na data de abril de 2013.

Documentos Comprobatórios: NF Nº 201300000000013 ,datada de 04/04/2013; Relatório do Núcleo Integrado, datado de 02/2013; Termo de Declaração da usuária C.K.D.A., datado de 11/07/2019. Cópia do prontuário nº 092642 - AIH 311311811076-2 , da usuária C.K.D.A., com a Nota Fiscal nº 000.003.437 - emitida em 29/04/2013 ; Listagem das OPMEs utilizadas no procedimento (placas e parafusos), datada do dia 01/04/2013; Cópia da folha de livro de registro de cirurgias do mês de março, linha 25 dia 01/04/2013.Cópia Descrição do ato cirúrgico , fl. 32(prontuário).



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
AIH	3113118110762	Cobrança indevida ao SUS, de cirurgia odontológica e materiais (OPMEs), utilizados na usuária C.K.D.A., na data de abril de 2013.	2.641,58
Fundamento Legal: Lei Federal nº 8.080/90, Arts. 7º inciso IV e 43; Código de Ética Odontológica - Capítulo III - Art. 9º Inciso V, Capítulo V - Seção I, Art. 11 incisos II e XII e Art. 20 Inciso VI - aprovado pela Resolução C.F.O.- 118/2012.			

Total da Data do Fato Gerador: 31/03/2013

2.641,58

Data Fato Gerador: 10/02/2014 **Devolução Nº:** 351466 **Constatação Nº:** 581266

Complemento do Bloco: Ausência de exames de imagem - tomografia, em prontuários analisados na Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, na especialidade de cirurgia bucomaxilofacial. Período de janeiro de 2013 a dezembro de 2015.

Documentos Comprobatórios: AIHs : 311411810063-2 M.F.O; 311311810418-4 B.G.F.G; 311411812270-9 A.S.P.; 311411816993-2 R.C.C.; 311411816844-7 J.T; 311411812521-7 R.A.S.; 311311811076-2 C.K.D.A . Termo de Declaração do Interventor A.R.N.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
AIH	3114118100632	Ausência de exames de imagem no prontuário/tomografia.	86,75
Fundamento Legal: Resolução C.F.M. nº 1.638/02; Lei nº 8.159, de 08 de Janeiro de 1991, Art. 2º e 25; Resolução C.F.M. nº 1.821/07, Art. 8º; Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), MS - 1ª edição/2016, Item 6.3 Pág. 28.			

Total da Data do Fato Gerador: 10/02/2014

86,75

Data Fato Gerador: 05/05/2014 **Devolução Nº:** 351475 **Constatação Nº:** 581266

Complemento do Bloco: Ausência de exames de imagem - tomografia, em prontuários analisados na Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, na especialidade de cirurgia bucomaxilofacial. Período de janeiro de 2013 a dezembro de 2015.

Documentos Comprobatórios: AIHs : 311411810063-2 M.F.O; 311311810418-4 B.G.F.G; 311411812270-9 A.S.P.; 311411816993-2 R.C.C.; 311411816844-7 J.T; 311411812521-7 R.A.S.; 311311811076-2 C.K.D.A . Termo de Declaração do Interventor A.R.N.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
----------------	--------------	--------	-------

AIH	3114118122709	Ausência de exames de imagem no prontuário/tomografia.	86,75
-----	---------------	--	-------

Fundamento Legal: Resolução CFM. No 1.638/02; Lei no 8.159, de 08

de Janeiro de 1991, art. 2º e 25; Resolução CFM nº 1.821/07, art. 8º; Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), MS é 1ª edição/2016, item 6.3 pag. 28.

Total da Data do Fato Gerador: 05/05/2014

86,75

Data Fato Gerador: 14/05/2014 **Devolução Nº:** 351476 **Constatação Nº:** 581266

Complemento do Bloco: Ausência de exames de imagem - tomografia, em prontuários analisados na Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, na especialidade de cirurgia bucomaxilofacial. Período de janeiro de 2013 a dezembro de 2015.

Documentos Comprobatórios: AIHs : 311411810063-2 M.F.O; 311311810418-4 B.G.F.G; 311411812270-9 A.S.P.; 311411816993-2 R.C.C.; 311411816844-7 J.T; 311411812521-7 R.A.S.; 311311811076-2 C.K.D.A . Termo de Declaração do Interventor A.R.N.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
----------------	--------------	--------	-------

AIH	3114118125217	Ausência de exames de imagem no prontuário/tomografias.	173,50
-----	---------------	---	--------

Fundamento Legal: Resolução C.F.M. nº 1.638/02; Lei nº 8.159, de 08

de Janeiro de 1991, Art. 2º e 25; Resolução C.F.M. nº 1.821/07, Art. 8º; Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), MS - 1ª edição/2016, Item 6.3 Pág. 28.

Total da Data do Fato Gerador: 14/05/2014

173,50

Data Fato Gerador: 27/10/2014 **Devolução Nº:** 351477 **Constatação Nº:** 581266



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

Complemento do Bloco: ncia de exames de imagem - tomografia, em prontuários analisados na Santa Casa de Misericórdia do Paraíso, na especialidade de cirurgia bucomaxilofacial. Período de janeiro de 2013 a dezembro de 2015.

Documentos Comprobatórios: AIHs : 311411810063-2 M.F.O; 311311810418-4 B.G.F.G; 311411812270-9 A.S.P.; 311411816993-2 R.C.C.; 311411816844-7 J.T; 311411812521-7 R.A.S.; 311311811076-2 C.K.D.A . Termo de Declaração do Interventor A.R.N.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
AIH	3114118168447	Ausência de exames de imagem no prontuário/tomografia.	86,75
Fundamento Legal: Resolução C.F.M. nº 1.638/02; Lei nº 8.159, de 08 de Janeiro de 1991, Art. 2º e 25; Resolução C.F.M. nº 1.821/07, Art. 8º; Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), MS - 1ª edição/2016, Item 6.3 Pág. 28.			
Total da Data do Fato Gerador: 27/10/2014			86,75

Data Fato Gerador: 02/11/2014 **Devolução Nº:** 351478 **Constatação Nº:** 581266

Complemento do Bloco: Ausência de exames de imagem - tomografia, em prontuários analisados na Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, na especialidade de cirurgia bucomaxilofacial. Período



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de janeiro de 2013 a dezembro de 2015.

Documentos Comprobatórios:

AIHs : 311411810063-2 M.F.O; 311311810418-4 B.G.F.G; 311411812270-9 A.S.P.; 311411816993-2 R.C.C.; 311411816844-7 J.T; 311411812521-7 R.A.S.; 311311811076-2 C.K.D.A . Termo de Declaração do Interventor A.R.N.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
	3114118169932	Ausência de exames de imagem no prontuário/tomografia.	86,75

AIH

Fundamento Legal: Resolução C.F.M. nº 1.638/02; Lei nº 8.159, de 08 de Janeiro de 1991, Art. 2º e 25; Resolução C.F.M. nº 1.821/07, Art. 8º; Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), MS - 1ª edição/2016, Item 6.3
Pág. 28.

Total da Data do Fato Gerador: 02/11/2014	86,75
Total do Bloco de Financiamento: MAC - Média e Alta Complexidade	3.248,83
Total do Fundo p/ Devolução: Municipal	3.248,83
Total Fundo de Origem: Federal	3.248,83
Total Prejuízo: Sim	3.248,83
Total Geral:	3.248,83

X - CONCLUSÃO

1- RESULTADO DA DENÚNCIA

Duplicidade de pagamento por procedimentos odontológicos e/ou materiais empregados realizados na Sra. C.K.D.A pela Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso em abril de 2013

Foi identificado facilitação no fluxo de internação e caracterização de cobrança indevida do procedimento cirúrgico realizado na Sra. C.K.D.A, na data de abril de 2013, associados a ausência de todas as comprovações de imagem (tomografias/radiografias) pré e pós operatórias obrigatórias em cirurgias de utilização de OPMEs.

Procede

Duplicidade de pagamento por procedimentos odontológicos e/ou materiais empregados realizados na Sra. C.K.D.A pela Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso em setembro de 2014.

A internação da usuária datada de setembro de 2014, não foi realizada através do SUS- Sistema Único de Saúde, e sim pelo então convênio que a usuária possuía – Unimed, para a retirada de parafusos, que foi confirmada pela equipe em auditoria operativa e análise documental/vista de prontuário.



Não procede

2- CONCLUSÃO

A equipe de auditores concluiu que os objetivos da atividade foram devidamente alcançados. Foi possível identificar a ocorrência de facilitação no fluxo de internação e caracterização de cobrança indevida do procedimento cirúrgico realizado na usuária na data de abril de 2013, associados à ausência de todas as comprovações de imagem (tomografias/radiografias) pré e pós operatórias obrigatórias em cirurgias de utilização de OPMEs. Foi possível identificar que os prontuários dos usuários internados na Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso no período auditado, não possuíam os exames de imagem. Foi informado à equipe de auditoria, pelo setor responsável e pelo SAME que, as imagens de todos os exames realizados na instituição, foram vendidos pela administradora hospitalar anterior.

Quanto a internação da usuária datada de setembro de 2014, constatou-se que a mesma não foi realizada através do SUS- Sistema Único de Saúde, mas através de convênio – Unimed.

A apresentação de justificativa da Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso foi realizada pelo Departamento Jurídico, através do Ofício STC n.188/2020, datado de 19 de junho de 2020. Nesta manifestação foi referenciado o Ofício/SES/AUDSUS nº230/2020 de 19 de maio de 2020, que estava nominal à pessoa física do provedor anterior Flavio Westin, e endereçado à sua residência não ao Ofício/SES/AUDSUS nº225/2020 endereçado a Santa Casa / interventor. A equipe entrando em contato com a secretaria da instituição, solicitou que fosse enviado por e-mail a cópia digitalizada deste Ofício e relatório para verificação da inconformidade, visto que o endereçamento não foi para a referida instituição. Sendo assim, foi enviada uma cópia digitalizada do Relatório Preliminar e Ofício que estavam com o prestador, para esta assessoria de auditoria regional/SES, que constatou não ter ocorrido equívoco no envio das correspondências.

Ainda quanto a apresentação das justificativas, após serem avaliadas pela equipe, foi contactado a assessoria jurídica do prestador para orientação/esclarecimentos, visto que estavam sendo respondidas para a pessoa física do interventor A.R. do N., e não para a instituição, informando que as justificativas se tratavam de pessoa jurídica, mas eram encaminhadas ao então responsável à época da auditoria.

Houve tempo hábil devido ao sobrestamento dos processos administrativos, em virtude da pandemia por COVID-19. A partir de 15 de setembro deu-se a inicialização da contagem dos prazos e, estando estes próximos à sua finalização, foi enviado e-mail à SMS solicitando informações sobre apresentação das justificativas e a equipe também entrou em contato com a Santa Casa para saber se desejariam substituir a justificativa anterior. A assessoria jurídica, realizada pelo advogado M., manteve a defesa original. Sendo assim, concluímos as análises possíveis e demos prosseguimento a este processo administrativo.

As manifestações do Sr. F. W. foram analisadas e os demais agentes responsabilizáveis não se manifestaram. No entanto, terão a oportunidade de se manifestarem para segunda instância.